

# Vilaschi rebate crítica de empresário ao PDU

Com uma palestra do secretário do Planejamento, Arlindo Vilaschi, terminou ontem o ciclo de debates que a Câmara dos Vereadores de Vitória promoveu desde a sexta-feira da semana passada sobre o Plano Diretor Urbano. Durante a exposição, Vilaschi rebateu uma série de críticas feitas ao documento pelos empresários, através de Daniel Alves, ficando claras as posições diferentes de ambos quanto ao assunto: o primeiro, defendendo o intervencionismo estatal na regulação do uso do solo e o segundo, pretendendo um plano de linhas apenas gerais, seguindo as "tendências naturais" expressas pelo crescimento da cidade.

Vilaschi salientou que o PDU não representa apenas palavras. "Tem objetivos, com diretrizes determinadas a estas, com suficiente narração legal". Disse ainda que as propostas nele contidas devem ser lidas, analisadas, compreendidas, "por mais cansativo que isso possa ser", observando que se ainda assim os vereadores considerarem faraônicas as suas teses, "o Plano deve ser esquecido".

## NIVEL NACIONAL

Vilaschi abriu sua exposição dizendo que o Plano teve sua elaboração realizada por técnicos gabaritados, pertencentes à Fundação Jones dos Santos Neves, e por figuras de renome nacional e internacional, "que dispensam comentários", como o urbanista Carlos Maximiliano Fayet e o advogado Manoel André da Rocha. Considerou em seguida o secretário do Planejamento que o PDU "não é complicado e que deve ser desmistificado o planejamento quando visto sob essa ótica".

Como colocações básicas, afirmou que Vitória deixa explícita sua dependência a Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, integrantes da Região da Grande Vitória, e esclareceu também que o Conselho Municipal do Plano Diretor não pretende retirar qualquer atribuição que pertença atualmente ao Legislativo, conforme vem sendo afirmado, mas que pretende uma compatibilização permanente do Plano com a vida da cidade.

Ainda explicando o PDU, Vilaschi considerou que para sua elaboração foram tomadas como base experiências de outras cidades, além das disponibilidades de infra-estrutura na capital. Nesse sentido, observou que, tecnicamente, tudo é viável. "até trazer água do Rio Doce para abastecer a cidade". Contudo, perguntou: "Até que ponto temos o direito de comprometer as gerações futuras com soluções incompatíveis com os nossos recursos e com a realidade de nosso futuro breve?"

Fazendo uso de transparências, mostrou que o Projeto simplifica a legislação existente atualmente, pois é expresso em modelos de assentamento com tabelas de fácil leitura. Ao abordar a parte do Plano que a seu ver ajuda a garantir moradia às populações de baixa renda, perguntou: "Será que é esse o artigo que torna o Plano socialista ou comunista?"

Sobre a relativa ociosidade do centro de Vitória, considerou que aquela área deve ser utilizada em todas as suas potencialidades, já que mereceu investimentos bastante significativos. "Como é que o Plano só pode ser aplicado a uma Brasília planejada? Onde está o seu radicalismo? questionou Vilaschi ao plenário, dizendo não ver a preservação dos prédios de valor histórico como museus, mas seu uso econômico.

— Onde está o retrocesso?, indagou novamente o secretário do Planejamento, dentro de sua exposição, rejeitando assim todas as acusações que vêm sendo assacadas contra o Plano. Para ele, o PDU tanto é realista como está de acordo com as perspectivas da área para a qual foi proposto.

Comentando as teses do Plano sobre o sistema viário e a hierarquização das vias de transporte, aprovou a proposta de não se permitir que as calçadas sejam invadidas por automóveis. "Não há inovação poética alguma, sobre a proteção ambiental. Apenas se aproveitaram leis já existentes, mas que não são colocadas de forma razoavelmente explícitas, ou mesmo não são postas em prática. A atual legislação é uma verdadeira colcha de retalhos", afirmou.

Ele estranhou as considerações tecidas a respeito do PDU e que o colocam como elitista, assinalando: "Temos um compromisso com a comunidade". Encerrando sua abordagem, que destacou grande número de artigos do Plano, Vilaschi passou a debater o assunto com os presentes.

O vereador Carlos Alberto Viana Freire foi o primeiro a falar. Perguntou ao secretário do Planejamento por que o PDU não previu a desativação do Porto de Vitória e o alargamento da via de circulação de veículos margeando a Baía de Vitória. Vilaschi considerou que não se poderia eliminar a atividade portuária, tão importante, para beneficiar egoisticamente 15 por cento da população que utilizam carros particulares para transporte. "E não devemos cometer os mesmos erros das grandes cidades, realizando grandes obras viárias".

Viana Freire citou o exemplo da segunda ponte, que transferiu os engarrafamentos de lugar, não contribuindo para solucionar o problema de trânsito da cidade. "A ponte foi concebida dentro de uma visão rodoviária", respondeu Vilaschi. O vereador foi seguido no microfone de apartes pelo empresário Daniel Alves, que disse ser elitista a proposição do PDU de adotar para a Estrada do Contorno o mesmo modelo de assentamento urbano de bairros ricos da capital.

Alves criticou o Governo estadual, afirmando não ter este "coragem cívica" de buscar junto ao Governo federal recursos para atender às necessidades sociais criadas a partir da implantação do pólo siderúrgico de Tubarão. Para Alves, o que está ocorrendo é, na verdade, uma tentativa de freio ao desenvolvimento. "Onde está este freio, se o PDU prevê um incremento populacional três vezes superior ao atual número de habitantes da cidade?", indagou de novo o secretário.

Já o vereador Ademir Antunes apresentou uma série de argumentos convincentes para provar ao secretário do Planejamento que não há para ele e seus pares, nenhuma garantia de que se o PDU for aprovado vá ser colocado em prática. Enumerou, em seguida, os aterros em mangues que a Prefeitura vem realizando e que inclusive constam de justificativa em solicitação para contrair empréstimo junto ao BNH.

Antunes citou também o projeto do Centro Cívico Cultural, estabelecido em área fora da prevista pelo Plano, e disse que a Prefeitura vem urbanizando morros em cotas de até 80 metros, quando o Plano prevê uma ocupação máxima até os 50 metros. Assinalou, inclusive, que está sendo construído um mirante nos morros que servem de base às torres de televisão.

Um outro aspecto ressaltado pelo vereador refere-se à não participação dos engenheiros da Prefeitura na elaboração do Plano, desde que os trabalhos foram iniciados até outubro de 78, quando esta participação foi permitida pelo ex-prefeito Wander José Bassini.

Considerações também foram feitas pelo vereador Elcio Teixeira de Almeida, que citou um trecho do PDU que faz referência à população de Santo Antônio como sendo "classe baixa". Disse ele que esta designação cabe somente aos marginais e bandidos, conforme os chamava nos tempos em que era delegado de Polícia.